



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de serviços de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESA.

2. Fundamentação da Contratação

A contratação de serviços de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESA é condição necessária para manutenção da higiene e bem-estar nos ambientes de trabalho, atendendo servidores e todos aqueles que utilizam a justiça eleitoral.

3. Descrição da solução

Contratação de empresa especializada para execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESA nas Regiões 01, 02, 03, 04, 05 e 06, com três aplicações por ano.

Os serviços de desinsetização e desratização possuem caráter preventivo, devendo ser realizados mesmo que não haja registro das pragas mencionadas.

A contratação será para 14 (quatorze) aplicações, considerando-se o período de garantia de 6 (seis) meses após cada aplicação.

Os locais para execução dos serviços foram divididos em regiões que correspondem a um conjunto de cidades geograficamente próximas, conforme apresentado no Anexo I.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar está anexado ao PAE n. 3.607/2024.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.3. Códigos SIASG

O código SIASG da contratação é 3417.

4. Requisitos da contratação

Os serviços de desinsetização e desratização possuem caráter preventivo, devendo ser realizados mesmo que não haja registro das pragas mencionadas.

A desinsetização abrange principalmente a prevenção contra baratas, formigas e aranhas. Nos ambientes internos poderá ser utilizado gel com o princípio ativo "Imidacloprid", de modo que não haja empecilhos para posterior ocupação, quando esta for a melhor opção. Nos ambientes externos deverá ser realizada a pulverização do produto nas áreas críticas definidas pelo aplicador, sendo obrigatória a aplicação no interior das caixas de gordura, de esgoto, ralos e rodapés.

A desratização deverá se dar através do uso de iscas e, se necessário, pó de contato.

A constatação da qualidade dos serviços especializados deve se dar durante a execução contratual, com atendimento aos procedimentos técnicos específicos e tendo como efeito a ausência de formigas, baratas,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

aranhas, e ratos nos imóveis sob a responsabilidade do TRESA após a realização dos serviços no período de garantia de 6 (seis) meses para cada aplicação.

Não se confunde garantia com vigência do contrato, a garantia será mantida, ainda que fora da vigência, encontrando-se no prazo estipulado.

Os serviços abrangem 3 (três) aplicações por ano, ou seja, com periodicidade quadrimestral, sendo que a primeira que deverá ser executada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da autorização da Seção de Manutenção Predial, e as seguintes sucessivamente a cada 4 (quatro) meses. O prazo máximo da segunda aplicação será de 60 (sessenta) dias após 4 (quatro) meses da primeira aplicação; o prazo máximo da terceira aplicação será de 60 (sessenta) dias após 8 (oito) meses da primeira aplicação; o prazo máximo da quarta aplicação será de 60 (sessenta) dias após 12 (doze) meses da primeira aplicação; e assim sucessivamente até o final do contrato.

Os serviços deverão ser agendados com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para cada imóvel, devendo ser executados preferencialmente de segunda a sexta-feira, das 08 horas às 12 horas e nos finais de semana, de modo a não interferir nas atividades da Justiça Eleitoral durante o expediente.

Caso haja mudança no endereço das unidades a empresa deverá executar os serviços nos novos endereços.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

Devem ser realizadas 14 (quatorze) aplicações de desinsetização e desratização em todos os imóveis do TRESA listados no Anexo I.

Os serviços abrangem 3 (três) aplicações por ano, ou seja, com periodicidade quadrimestral, sendo que a primeira que deverá ser executada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da autorização da Seção de Manutenção Predial, e as seguintes sucessivamente a cada 4 (quatro) meses. O prazo máximo da segunda aplicação será de 60 (sessenta) dias após 4 (quatro) meses da primeira aplicação; o prazo máximo da terceira aplicação será de 60 (sessenta) dias após 8 (oito) meses da primeira aplicação; o prazo máximo da quarta aplicação será de 60 (sessenta) dias após 12 (doze) meses da primeira aplicação; e assim sucessivamente até o final do contrato.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os locais de prestação dos serviços estão listados no Anexo I.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado em cada uma das aplicações, desde que apresentados os seguintes documentos:

- Cópia do Certificado de execução dos serviços em cada localidade;
- Cópia do Relatório de execução dos serviços com a identificação e assinatura do Chefe de Cartório de cada localidade responsável pelo acompanhamento dos serviços em cada localidade.

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

O prazo de garantia do serviço é de 6 (seis) meses, para cada uma das aplicações, considerando, se necessário for, reaplicação e troca de iscas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O acionamento e o acompanhamento da licitante vencedora para prestação do serviço de garantia são responsabilidade dos gestores do contrato durante a sua vigência:

- a) Edifícios Sede, Anexos I e II e Depósito Central: Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou seu superior imediato,
- b) Cartórios Eleitorais: respectivos Chefes de Cartório, ou seus substitutos.

5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado até o limite decenal, nos termos da Lei n. 14.133/2021.

Justifica-se a vigência inicial plurianual, em razão da potencial redução de custos advinda de um contrato com prazo de duração maior, decorrente dos seguintes fatores:

- a) racionalização do dispêndio de recursos com a realização de procedimentos licitatórios e de prorrogação contratual; e
- b) aumento da competitividade, em face da atratividade do objeto para o mercado, refletindo nos valores cotados.

5.7. Obrigações da Contratante

O Contratante deverá cumprir com as seguintes obrigações durante a vigência do Contrato:

- 5.7.1. Autorizar o início dos serviços.
- 5.7.2. Promover, através de seus representantes, a fiscalização do Contrato, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.
- 5.7.3. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante.
- 5.7.4. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.
- 5.7.5. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

5.8. Obrigações da Contratada



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.1. Executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta; Tomar as seguintes providências em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESA:
- a) Apresentar comprovação que a licitante vencedora possui contrato de coleta, transporte e de destino final das embalagens, conforme previsto na RDC n. 622, de 09.03.2022, da ANVISA; com apresentação conjunta da LAO (Licença Ambiental de Operação) da empresa que irá realizar o tratamento dos resíduos.
 - b) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART(s), AFT(s) ou documento similar do profissional responsável técnico pelos serviços contratados, devidamente registrada no respectivo Conselho Regional, de execução dos serviços deste Termo de Referência.
 - c) Designar um representante legal da licitante vencedora, com poderes para resolução de possíveis ocorrências e quaisquer eventuais problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato, informando também telefones, e-mail e outros meios de comunicação para contato com o mesmo.
 - d) Apresentar a lista dos produtos a serem utilizados na execução dos serviços e as respectivas comprovações de que esses são devidamente registrados no Ministério da Saúde.
 - e) Entregar as instruções escritas alertando sobre a toxicidade dos produtos utilizados, indicando os cuidados a serem observados antes, durante e depois da aplicação, principalmente com crianças e pessoas alérgicas, bem como as orientações para primeiros socorros.
- 5.8.2. Realizar a primeira aplicação em até 60 (sessenta) dias, contados da autorização da Seção de Manutenção Predial do TRE-SC, e as seguintes sucessivamente a cada 4 (quatro) meses, contados da aplicação anterior. Durante o prazo de vigência do Contrato, caso haja necessidade de alteração dos produtos em relação aos utilizados na primeira aplicação, deverá ser encaminhada nova lista à gestão contratual, previamente à sua aplicação.
- 5.8.3. Executar o serviço nas dependências de cada imóvel, no endereço indicado neste Termo de Referência ou no novo endereço, se houver mudança, devendo agendar previamente com a Seção de Manutenção Predial a realização dos serviços nos prédios Sede, Anexos e Depósito Central, preferencialmente, por meio do e-mail ci-semp@tre-sc.jus.br ou pelo telefone (48) 3251-3838 ou (48) 3251-3875; e relativamente aos Cartórios Eleitorais, com os respectivos Chefes de Cartório ou seus substitutos, com no mínimo uma semana de antecedência, nos e-mails e/ou telefones constantes do Anexo I.
- 5.8.4. Executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, bem como provê-los com equipamentos de proteção individual, inclusive em relação aos profissionais que serão destacados pelo TRESA para acompanhamento dos serviços.
- 5.8.5. Executar os serviços em conformidade com a RDC n. 622, de 09.03.2022, da ANVISA ou normas posteriores que as venham substituir.
- 5.8.6. Utilizar produtos domissanitários com registro no Ministério da Saúde, não corrosivos, incolores de ação tóxica de baixo risco ao ser humano, de longo efeito residual. As iscas usadas devem conter substância amarga ao paladar humano, utilizada para prevenir ingestão acidental.
- 5.8.7. Realizar a aplicação interna e externa na mesma data agendada para realização dos serviços, salvo em casos de força maior, onde deverá ser agendada nova data para conclusão do serviço sem ônus para o Contratante.
- 5.8.8. Garantir os serviços pelo período de 06 (seis) meses, contados do recebimento definitivo dos serviços pelo TRESA.
- 5.8.9. Executar novamente os serviços, dentro do prazo de garantia, às suas expensas, no todo ou em parte, caso não apresentem os resultados esperados, em até 10 (dez) dias úteis contados da notificação do gestor do contrato.
- 5.8.10. Fornecer comprovante de execução dos serviços, que deverá conter, no mínimo: nome do contratante; endereço do(s) imóvel(is) onde foram realizados os serviços; praga(s) alvo; grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s); nome e concentração de uso do princípio



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ativo e quantidade do produto aplicado na área; nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho correspondente; data da execução; número do telefone do centro de informação toxicológica mais próximo; e endereço e telefone da contratada.

- 5.8.11. O comprovante/certificado deverá ser afixado em local visível em cada edificação.
- 5.8.12. Utilizar produtos e materiais de primeira qualidade e que não ofereçam riscos à saúde humana.
- 5.8.13. Recomendar aos respectivos gestores do contrato, quando for o caso, a adoção de ações para combate a infestações específicas, bem como a eles relatar toda e qualquer irregularidade ocorrida, que impeça ou retarde a execução do contrato, registrando todas as informações necessárias para seu esclarecimento.
- 5.8.14. Manter quadro de pessoal técnico para a realização dos serviços, bem como executá-los sob a orientação e a responsabilidade de um profissional qualificado, devidamente registrado no respectivo Conselho Regional.
- 5.8.15. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados;
- 5.8.16. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;
- 5.8.17. Fornecer todos os dispositivos e acessórios, peças, componentes, materiais, ferramentas, instrumentos, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços.
- 5.8.18. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico; e
- f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Manutenção Predial
Fiscal técnico	Seção de Manutenção Predial
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

Os instrumentos formais oriundos da presente contratação são os descritos a seguir:

- a. Certificado de execução dos serviços, que deverá conter, no mínimo: nome do contratante; endereço do(s) imóvel(is) onde foram realizados os serviços; praga(s) alvo; grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s); nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área; nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho correspondente; data da execução; número do telefone do centro de informação toxicológica mais próximo; e endereço e telefone da contratada;
- a. O próprio contrato ou nota de empenho emitidos para formalizar a contratação, e,
- b. Demais documentos que registrem ocorrências no recebimento dos serviços, que podem ser materializados por meio de correio eletrônico ao fornecedor, à Seção de Gerenciamento de Contratações e à Secretaria de Administração e Orçamento, bem como a própria atestação do recebimento do bem.

6.4. Acompanhamento do Contrato

A contratada deverá executar os serviços nos prazos e demais condições estipuladas neste Termo de Referência. Não sendo possível transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC. Como também, deve manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Fica a cargo da Seção de Manutenção Predial a autorização para o início dos serviços e a orientação aos responsáveis pelos imóveis quanto ao agendamento prévio e demais providências a serem tomadas para a realização dos serviços.

A Seção de Gerenciamento de Contratações da Coordenadoria de Contratações procederá o encaminhamento da nota de empenho à parte contratada; a publicação da nota de empenho e do Contrato no site do TRESC; a informação à unidade demandante, da Equipe de Gestão da Contratação e demais partes interessadas; a anotação do termo final para entrega do objeto; o registro dos dados da contratação em bancos de dados próprios; e o registro das providências adotadas no Processo Administrativo Eletrônico que originou a contratação.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a essa contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

O pagamento deverá ocorrer após o recebimento definitivo dos serviços em cada uma das aplicações.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

A presente contratação poderá ser parcelada em grupo de itens que correspondem às (seis) regiões definidas no Anexo I deste Termo de Referência, ou seja, cada grupo de item poderá ser adjudicado por licitantes diferentes.

9.2. Seleção do fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme o atendimento dos requisitos de habilitação, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o serviço, considerando-se vencedor aquele que apresentar a proposta mais vantajosa, nas condições estipuladas pelo TRESC.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido:

- a) declaração de disponibilidade de profissional responsável técnico, devidamente registrado no conselho profissional competente, e detentor de documento que comprove a responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- b) um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;
- c) indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- d) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- e) Licença ou Alvará Sanitário de Funcionamento, emitido por órgão responsável pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme previsto na RDC n. 622, de 09.03.2022, da ANVISA;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

f) registro ou inscrição da proponente junto ao Conselho Federal ou Regional do seu responsável técnico, dentro de seu prazo de validade.

Os profissionais indicados pelo licitante na forma das alíneas “a” e “c” deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Por tratar-se de serviço com especificações comumente utilizadas pelos prestadores e regulados por órgãos técnicos e governamentais, verificou-se que os serviços disponíveis no mercado atendem as especificações constantes dos requisitos funcionais.

O custo estimado para esta contratação foi obtido por meio de estimativa em função dos valores das contratações anteriores efetuadas pelo órgão, conforme segue:

Contratos anteriores	Item	Custo por Região
Contrato 044/2022*	Região 1	R\$ 2.500,00
Contrato 005/2023**	Região 1	R\$ 2.990,00
	Região 2	R\$ 1.980,00
	Região 3	R\$ 1.990,00

* 01(uma) aplicação

**02 (duas) aplicações

Item	Custo médio para cada aplicação	Custo médio total para 14 aplicações (5 anos)
Região 1	R\$ 1.997,50	R\$ 27.965,00
Região 2	R\$ 990,00	R\$ 13.860,00
Região 3	R\$ 990,00	R\$ 13.860,00
Região 4	R\$ 1.325,83	R\$ 18.561,62
Região 5	R\$ 1.325,83	R\$ 18.561,62
Região 6	R\$ 1.325,83	R\$ 18.561,62
Custo médio total para as 6 Regiões =	R\$ 7.954,99	R\$ 111.369,86



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Para o custo médio da Região 1, foi efetuada a média ponderada dos contratos 044/2022 e 005/2023 (R\$1.495,00, considerando que foram 2 aplicações). Para o custo médio das Regiões 2 e 3, foram considerados metade dos valores do Contrato 005/2023, considerando que foram 2 aplicações. Para as Regiões 4, 5 e 6 foi considerada a média ponderada das Regiões 1, 2 e 3.

Com base na planilha, o custo estimado para esta contratação, para cada aplicação, fica próximo a R\$ 7.954,99. O custo estimado total desta contratação, considerando as 14 aplicações em todas as 6 regiões, fica próximo a R\$ 111.369,86.

Ressaltamos que os custos estimados servem apenas para indicar a ordem de grandeza dos custos para essa contratação. Para a realização da licitação, a planilha de custos deverá ser elaborada pelo setor competente.

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I

Item 12 – Manutenção Predial

11.2. Plano de Logística Sustentável

Trata-se de contratação para execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e, dessa forma, inexistente conflito com o objeto com o Plano de Logística Sustentável do TRESC..

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 5.992,50
2	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 2.970,00
3	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 2.970,00
4	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 3.997,49
5	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 3.997,49
6	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 3.997,49
Total			R\$ 23.864,97

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;
- b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Lista dos imóveis por Região

- Item 01 – Região 01:

Local	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Unidade / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
1	BIGUAÇU	120	R. Hermógenes Prazeres, 277 - 88160-152	2	48 3251 7402	zona002@tre-sc.jus.br
2	FLORIANÓPOLIS	6259	R. Esteves Júnior 68, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Sede	48 3251-3785	ci-semp@tre-sc.jus.br
3	FLORIANÓPOLIS	1950	R. Esteves Júnior 80, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Anexo I	48 3251-3785	ci-semp@tre-sc.jus.br
4	FLORIANÓPOLIS	622	R. Esteves Júnior 157, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Anexo II	48 3251-3785	ci-semp@tre-sc.jus.br
5	FLORIANÓPOLIS	1.850	R. São Francisco, 234 - Centro, Florianópolis - SC, 88015-140	12	48 3251-7412 / 48 988099474	zona012@tre-sc.jus.br
				13	48 3251-7413 / 48 988113336	zona013@tre-sc.jus.br
				100	48 3251-7400 / 48 988099297	zona100@tre-sc.jus.br
6	PALHOÇA	5.098 (mais 3.500 m² de estacionamento)	Servidão Antônio José Guarezi, n. 130, Bairro Jardim Eldorado – CEP 88133-902	Depósito Central	48 3251-3832 / 3251-3785	ce-seau@tre-sc.jus.br
7	PALHOÇA	227,64	R. Najla Carone Guedert, N. 951, Parque Residencial Pagani - 88132-150	24	48 3251 -7424 / 48 988129773	zona024@tre-sc.jus.br
				107	48 3251-7480	zona107@tre-sc.jus.br
8	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	200	R. Pedro Mansur Elias, 25 - Sala 01 - 88140-000	67	48 3251-7467 / 48 988067384	zona067@tre-sc.jus.br
9	SÃO JOÃO BATISTA	224,37	R. Ex-Combatente Narciso Cim, 92 - Térreo - 88240-000	53	48 3251-7453 / 48 988054840	zona053@tre-sc.jus.br
10	SÃO JOSÉ	905,58	Av. Beira-Mar de São José, Esquina Com Luiz Fagundes - 88103-500	Arquivo Central	48 3251-3714	dg-adg-gi@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

				29	48 3251-7429/ 48 988137195	zona029@tre-sc.jus.br
				84	48 3251-7484/ 48 988082982	zona084@tre-sc.jus.br
11	TIJUCAS	120	R. Alexandre Ternes Neto, 144. - 88200-000	31	48 3251-7431 / 48 988137758	zona031@tre-sc.jus.br

- Item 02 – Região 02:

Local	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Unidade / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
12	ARARANGUÁ	184,45	Av. Coronel João Fernandes, 1234 - 88905-478	1	48 3251 7401 / 48 988076280	zona001@tre-sc.jus.br
13	BRAÇO DO NORTE	107,53	R. Bernardo Locks, N. 148, 2 Andar, Sala 208, Centro - 88750-000	44	48 3251-7444 / 48 988054212	zona044@tre-sc.jus.br
14	CRICIÚMA	400	Av. Getulio Vargas, 361, Palácio do Estado - 88801-500	10	48 3251-7410 / 48 988083028	zona010@tre-sc.jus.br
				92	48 3251-7492 / 48 988083357	zona092@tre-sc.jus.br
				98	48 3251-7498 / 48 988084754	zona098@tre-sc.jus.br
15	IÇARA	140	R. Vitória, 201 - Centro - 88820-000	79	48 3251-7479 / 48 988081566	zona079@tre-sc.jus.br
16	IMARUÍ	149	R. Antonio Bittencourt Capanema S/n - 88770-000	62	48 3251-7462 / 48 988061409	zona062@tre-sc.jus.br
17	IMBITUBA	155	Rua Nereu Ramos, 346, Centro - 88780-000	73	48 3251-7473 / 48 988070382	zona073@tre-sc.jus.br
18	LAGUNA	175,91	R. Coronel Fernandes Martins, 470, Centro Executivo Mileniu - 88790-000	20	48 3251-7420 / 48 988119642	zona020@tre-sc.jus.br
19	ORLEANS	372,22	R. Antônio da Silva Cascaes, 140, Ed Teresa Cristina, Conde - 88870-000	23	48 3251-7423 / 48 988128065	zona023@tre-sc.jus.br
20	SOMBRIO	120	R. Santo Antônio, N. 204 - 88960-000	54	48 3251-7454 / 48 988058343	zona054@tre-sc.jus.br
21	TUBARÃO	360	Av. Marcolino Martins Cabral, 1315, Praça	33	48 3251-7433 / 48 988045453	zona033@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

			Shopping, 2 Andar - 88701-105	99	48 3251-7499 / 48 988090873	zona099@tre-sc.jus.br
22	TURVO	155,13	R. Afonso Colodel, 19, Sala 2. Ed América - 88930-000	42	48 3251-7442 / 48 988052543	zona042@tre-sc.jus.br
23	URUSSANGA	108	R. Vidal Ramos, N. 159, Ed. Belas Artes, Sala 1 - 88840-000	34	48 3251-7434 / 48 988051711	zona034@tre-sc.jus.br

- Item 03 – Região 03:

Local	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Unidade / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
24	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	289,47	R. 2850, N. 470, Ed. San Salvatore - 88330-363	56	48 3251 7456 / 47 988167104	zona056@tre-sc.jus.br
				103	48 3251 7459 / 47 988344311	zona103@tre-sc.jus.br
25	BALNEÁRIO PIÇARRAS	306,57	Av. Getúlio Vargas, 123 - 88380-000	68	48 3251 7468 / 47 988183693	zona068@tre-sc.jus.br
26	BLUMENAU	322	Praça Victor Konder, 60, Fórum Universitário - 89010-150	3	48 3251 7403 / 47 988123983	zona003@tre-sc.jus.br
				88	48 3251 7488 / 47 988264173	zona088@tre-sc.jus.br
27	BRUSQUE	255,59	R. Humberto Mattioli, 78 - 88350-140	5	48 3251 7405 / 47 988125787	zona005@tre-sc.jus.br
				86	48 3251 7486 / 47 988222394	zona086@tre-sc.jus.br
28	GASPAR	110	R. Jackceia de Andrade, N. 66 - 89114-820	64	48 3251 7464 / 47 988182226	zona064@tre-sc.jus.br
29	IBIRAMA	205,11	R. Doutor Getúlio Vargas, 560 - Sala Térrea - 89140-000	14	48 3251 7414 / 47 988131894	zona014@tre-sc.jus.br
30	INDAIAL	172,24	R. Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, Loja 10 - 89080-063	15	48 3251 7415 / 47 988133814	zona015@tre-sc.jus.br
31	ITAJAÍ	490,8	Av. José Eugênio Muller, 406 - 88303-170	16	48 3251 7416 / 47 988135376	zona016@tre-sc.jus.br
				97	48 3251 7497 / 47 988331702	zona097@tre-sc.jus.br
32	ITAPEMA	274,9	Av. Nereu Ramos, N. 1180 - 88220-000	91	48 3251 7465 / 47 988279328	zona091@tre-sc.jus.br
33	ITUPORANGA	172,34	R. João Steffens, 425 - 88400-000	39	48 3251 7439 / 47 988157814	zona039@tre-sc.jus.br
34	NAVEGANTES	300	R. Anibal Gaya, N. 525 - 88370-474	106	48 3251 7489 / 47 988192916	zona106@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

35	RIO DO SUL	373	R. Julio Roussenq Filho 265 - 89160-196	26	48 3251 7426 / 47 988143125	zona026@tre-sc.jus.br
				102	48 3251 7472 / 47 988343344	zona102@tre-sc.jus.br
36	TAIÓ	220	R. Padre Eduardo, 600 - 89190-000	46	48 3251 7446 / 47 988161097	zona046@tre-sc.jus.br
37	TIMBÓ	168,5	Travessa Heinrich Eilers, 172, Centro - 89120-000	32	48 3251 7432 / 47 988153986	zona032@tre-sc.jus.br
38	TROMBUDO CENTRAL	120,57	R. Getúlio Vargas, 411 - 89176-000	57	48 3251 7457 / 47 988171199	zona057@tre-sc.jus.br

- Item 04 – Região 04:

Local	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Unidade/ Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
40	GUARAMIRIM	200	R. 28 de Agosto, N. 420, Sala 1, Nova Esperança, 89270-000	60	48 3251 7460 / 47 988175446	zona060@tre-sc.jus.br
41	ITAIÓPOLIS	140	R. Carril Pflanzner, N. 69, Centro - 89340-000	38	48 3251-7438 / 47 988156178	zona038@tre-sc.jus.br
42	JARAGUÁ DO SUL	417,02	R. Angelo Schiochet, N. 90 - 89251-520	17	48 3251-7417 / 47 988136047	zona017@tre-sc.jus.br
				87	48 3251-7487 / 47 988242394	zona087@tre-sc.jus.br
43	JOINVILLE	689	R. Jaguaruna, 38 - Centro - 89201-450	19	48 3251-7419/ 47 988139344	zona019@tre-sc.jus.br
				76	48 3251-7476/ 47 988191530	zona076@tre-sc.jus.br
				95	48 3251-7495/ 47 988298312	zona095@tre-sc.jus.br
				96	48 3251-7496/ 47 988324236	zona096@tre-sc.jus.br
				105	48 3251-7475/ 47 988352259	zona105@tre-sc.jus.br
44	MAFRA	112	Av. Coronel José Severiano Maia, 548 - 89300-333	22	48 3251-7422 / 47 988142276	zona022@tre-sc.jus.br
45	PAPANDUVA	92,54	R. Nereu Ramos, 2983, Salas 10 e 11 - 89370-000	81	48 3251-7481/ 47 988216846	zona081@tre-sc.jus.br
46	PORTO UNIÃO	170	R. Matos Costa, 344 - 89400-000	25	48 3251-7425/ 42 988114037	zona025@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

47	RIO NEGRINHO	94	R. Prefeito Hugo Fischer, 242, Térreo - 89295-000	74	48 3251-7474 / 47 988188795	zona074@tre-sc.jus.br
48	SÃO BENTO DO SUL	186,52	R. Henrique Schwarz, N. 554, S.4 - 89280-115	30	48 3251-7430 / 47 988151580	zona030@tre-sc.jus.br
49	SÃO FRANCISCO DO SUL	207	R. Barão do Rio Branco, 377, Sl. 300 - 89240-000	27	48 3251-7427 / 47 988151072	zona027@tre-sc.jus.br

• Item 05 – Região 05:

Local	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Unidade / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
50	ANITA GARIBALDI	114,65	Av. Eduardo Salmoria 485 - 88590-000	52	48 3251 7452 / 49 988054821	zona052@tre-sc.jus.br
51	BOM RETIRO	107,39	R. Anita Garibaldi, 343, Loja 01, Térreo. - 88680-000	4	48 3251 7404 / 49 988000239	zona004@tre-sc.jus.br
52	CAÇADOR	199,73	R. Victor Baptista Adami, 919, Sala 01 - 89500-196	6	48 3251-7406 / 49 988001815	zona006@tre-sc.jus.br
53	CAMPOS NOVOS	101,75	R. Marechal Floriano, 234, Sala 2 - 89620-000	7	48 3251 7407 / 49 988006780	zona007@tre-sc.jus.br
54	CURITIBANOS	197,51	Av. Advogado Sebastiao Calomeno, 140 - 89520-000	11	48 3251-7411 / 49 988010199	zona011@tre-sc.jus.br
55	FRAIBURGO	141,28	R. Albano Burguer, 45, Sala 03 - 89580-000	77	48 3251-7477 / 49 988699568	zona077@tre-sc.jus.br
56	LAGES	257	Av. Belisário Ramos, 3800, Edifício Lages Business Cente - 88502-100	21	48 3251-7421 / 49 988017273	zona021@tre-sc.jus.br
				93	48 3251-7493 / 49 988712360	zona093@tre-sc.jus.br
				104	48 3251 7440 / 49 988718569	zona104@tre-sc.jus.br
57	SANTA CECÍLIA	157,5	Av. XV de Novembro S/n Esq. Rua Antonio Carlos de Medeiros 5 - 89540-000	51	48 3251-7451 / 49 988054298	zona051@tre-sc.jus.br
58	SÃO JOAQUIM	349,77	R. Boanerges Pereira de Medeiros, N.13 - 88600-000	28	48 3251-7428 / 49 988019387	zona028@tre-sc.jus.br
59	TANGARÁ	168,78	R. Ademar de Barros, 230, Térreo, Centro - 89642-000	47	48 3251-7447 / 49 988048752	zona047@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

60	VIDEIRA	201	R. Saul Brandalise, N.1531, Edifício San Francisco, Sala 03 - 89560-290	36	48 3251-7436 / 49 988028840	zona036@tre-sc.jus.br
----	---------	-----	--	----	--------------------------------	--

- Item 06 – Região 06:

Local	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Unidade/ Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
61	ABELARDO LUZ	120	Av. Pe. João Smedt, 1274 - 89830-000	71	48 3251-7471 / 49 988693616	zona071@tre-sc.jus.br
62	CAMPO ERÊ	125	R. Osvaldo Dário Dall'igna, N. 794, Sala 2, - 89980-000	69	48 3251-7469 / 49 988061505	zona069@tre-sc.jus.br
63	CAPINZAL	90	R. Narciso Barison, 171 - 89665-000	37	48 3251-7437 / 49 988031048	zona037@tre-sc.jus.br
64	CHAPECÓ	546,59	Av. Nereu Ramos, N. 1841-e - 89805-018	35	48 3251-7435 / 49 988021312	zona035@tre-sc.jus.br
				94	48 3251-7494 / 49 988714742	zona094@tre-sc.jus.br
65	CONCÓRDIA	285	R. Ângelo Ari Biezu, N. 69, Térreo - 89700-194	9	48 3251-7409 / 49 988008703	zona009@tre-sc.jus.br
				90	48 3251-7490 / 49 988708504	zona090@tre-sc.jus.br
66	DIONÍSIO CERQUEIRA	257	Av. Santa Catarina, 218 - 89950-000	50	48 3251-7450 / 49 988695311	zona050@tre-sc.jus.br
67	ITAPIRANGA	158,4	R. São Bonifácio, 280, Térreo, Ed. Peperi - 89896-000	65	48 3251-7465 / 49 988060670	zona065@tre-sc.jus.br
68	JOAÇABA	210	Av. XV de Novembro, 12 - Térreo - Sala 02 - 89600-000	18	48 3251-7418 / 49 988012612	zona018@tre-sc.jus.br
				85	48 3251-7485 / 49 988012612	zona085@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

					49 988703813	
68	JOAÇABA	326,80	R. Felipe Schmidt, 646-756, Centro - 89600-000	18	48 3251-7418/ 49 988012612	zona018@tre-sc.jus.br
				85	48 3251-7485/ 49 988703813	zona085@tre-sc.jus.br
70	MARAVILHA	163,59	Av. Anita Garibaldi, 1012, Sala 01 - 89874-000	58	48 3251-7458/ 49 988058419	zona058@tre-sc.jus.br
71	MODELO	165	R. XV de Novembro, 476 - 89872-000	83	48 3251-7483/ 49 988058765	zona083@tre-sc.jus.br
72	PALMITOS	206,43	R. Visconde do Rio Branco, 932, Sala 2 - 89887-000	41	48 3251-7441 / 49 988036769	zona041@tre-sc.jus.br
73	PINHALZINHO	154,47	Av. Capitão Anizio, 1.037 - 89870-000	66	48 3251-7466/ 49 988061055	zona066@tre-sc.jus.br
74	PONTE SERRADA	100	Av. XV de Novembro, N. 86, Sala 2, Edifício Marafon - 89683-000	63	48 3251-7463 / 49 988059976	zona063@tre-sc.jus.br
75	QUILOMBO	80,14	Av. Cel. Ernesto Bertaso 1300 S15 Ed Dom Victório - 89850-000	78	48 3251-7478/ 49 988702063	zona078@tre-sc.jus.br
76	SÃO CARLOS	260	R. Demétrio Lorenz, 246, Edifício Galli II , Sala 01 - 89885-000	70	48 3251-7470/ 49 988692545	zona070@tre-sc.jus.br
77	SÃO LOURENÇO DO OESTE	224,5	Travessa São Pedro, 1085, Subsolo Galeria Bela Vista - 89990-000	49	48 3251-7449/ 49 988050898	zona049@tre-sc.jus.br
78	SÃO MIGUEL DO OESTE	150	R. Marquês do Herval, N. 977, Sala 6, Ed. Leolino Baldisser - 89900-000	45	48 3251-7445/ 49 988041961	zona045@tre-sc.jus.br
				82	48 3251-7482/ 49 988033111	zona082@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

79	SEARA	233,72	R. Sétimo Casarotto, N. 98. Sala 2. - 89770-000	61	48 3251-7461/ 49 988059529	zona061@tre-sc.jus.br
80	XANXERÊ	206	Travessa Ernesto Carmelli, 55, Sala 1 - 89820-000	43	48 3251-7443/ 49 988037396	zona043@tre-sc.jus.br
81	XAXIM	180	R. Rio Grande, N. 653 - 89825-000	48	48 3251-7448/ 49 988049984	zona048@tre-sc.jus.br